



Ana Lúcia e Maria Cláudia: A violência nas páginas do Correio Braziliense¹

Carolina Figueiredo Delamonica Freire² e Lais Lis Guimarães Lima³

Universidade de Brasília

Resumo

O trabalho de pesquisa Ana Lúcia e Maria Cláudia: a violência nas páginas do Correio Braziliense consta de uma análise comparativa entre os enquadramentos dados a duas coberturas jornalísticas de casos de violência contra menores da classe média da capital publicadas no jornal local Correio Braziliense. Os crimes contra as menores Ana Lúcia Braga e Maria Cláudia Del’Isola foram cometidos em épocas distintas, separados por 31 anos. Pela semelhança entre os objetos de estudo, foi possível compará-los considerando os seguintes aspectos: destaque dado a cada caso, abordagem do factual e qualidade da apuração. Tomamos esses tópicos como base para analisar a mudança no valor-notícia em momentos de contexto sócio-político diferentes.

Palavras-chave

Comparação; valor-notícia; violência; enquadramento

Corpo do trabalho

1. Introdução

O aumento dos casos de violência no Brasil nas últimas décadas e a repercussão do assunto na mídia chamam a atenção para o papel desta como orientadora e difusora das visões que norteiam a atitude da sociedade perante os fatos cotidianos, agindo como formadora de opinião, apontando responsabilidades sociais e convocando à ação as autoridades competentes.

Segundo Elizabeth Rondelli, em seu estudo *Imagens da violência e práticas discursivas*, a ampla visibilidade que os meios de comunicação dão aos assuntos relacionados a atos de violência faz com que atuem como “construtores privilegiados de representações sociais”, formando, no imaginário de quem a eles está exposto, representações da violência, daqueles que a cometem e da forma como ela é punida ou não. “Estas representações sociais se realizam através da produção de significados que não só nomeiam e classificam a prática social, mas a partir desta nomeação, passam mesmo a

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na categoria Teorias da Comunicação no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante do 6º semestre de Jornalismo da Universidade de Brasília. delfreire@gmail.com

³ Estudante do 6º semestre de Jornalismo da Universidade de Brasília. laislislina@hotmail.com



organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concretas em relação a ela” (Elizabeth Rondelli, 2000: 150).

Por esses motivos, decidimos, nesta pesquisa, observar e apontar as mudanças na cobertura da violência em jornais impressos em duas décadas diferentes num intervalo de mais de 30 anos.

O caso específico a ser analisado neste trabalho é o da cobertura feita pelo jornal brasiliense de maior circulação no Distrito Federal, *Correio Braziliense*, de dois casos de violência: o do assassinato da menina Ana Lídia Braga em setembro de 1973, e o do assassinato da garota Maria Cláudia Siqueira Del’ Isola em dezembro de 2004.

Ana Lídia Braga, menina de família de classe média, tinha sete anos quando foi seqüestrada em frente à escola onde estudava à época, Colégio Madre Carmem Salles, por um jovem que a levou, segundo testemunhas, em um táxi vermelho em 11 de setembro de 1973. No dia 13 de setembro do mesmo ano, seu corpo sem vida foi encontrado em um terreno próximo à Universidade de Brasília. Posterior perícia identificou que a menina havia sido também vítima de crime sexual.

O caso, que permanece insolúvel até hoje, causou grande medo e comoção aos habitantes de Brasília. Várias pessoas foram apontadas como suspeitas, inclusive o irmão de Ana Lídia, Álvaro Henrique Braga, e Alfredo Buzaid, filho do então Ministro da Justiça. Houve suspeitas, também, de que o caso estaria relacionado ao tráfico de drogas.

Maria Cláudia Siqueira Del’Isola foi dada como desaparecida em 9 de dezembro de 2004. No dia 12 de dezembro do mesmo ano, o corpo da garota, de 19 anos e de família de classe média, foi encontrado, em sua casa. Como no caso de Ana Lídia, também foi constatado que Maria Cláudia sofrera crime sexual.

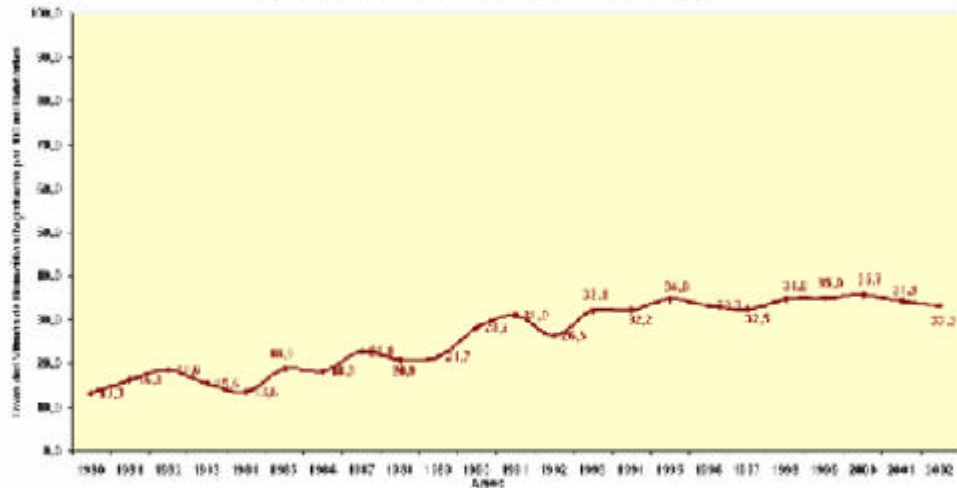
A doméstica que trabalhava na casa de Maria Cláudia, Adriana de Jesus Santos, confessou, no mesmo dia, ter assassinado a garota junto com o caseiro, que também trabalhava para a família, Bernardino do Espírito Santo Filho, que já estava foragido. Em 20 de dezembro, Bernardino foi preso pela polícia baiana em Salvador.

O caso causou polêmica na esfera jurídica, uma vez que também envolvia roubo de dinheiro da garota, sendo considerado por alguns juristas como latrocínio (roubo seguido de morte), e por outros como homicídio doloso (com intenção de matar) e roubo. Os suspeitos ainda não foram julgados.

A escolha da cobertura de um jornal do Distrito Federal para análise se baseia no fato de que houve um aumento significativo de ocorrências de violência na região, o que pode

ser comprovado por uma análise comparativa feita pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Segundo a análise, a taxa de homicídios registrados entre os anos de 1980 e 2002 na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno e do Distrito Federal (Ride) passou de 13,3 para 33,3 para cada 100 mil habitantes.

Comportamento das Taxas do Total de Vitimas de Homicídios* Registrados pelo Ministério da Saúde por 100 mil Habitantes, na RIDE - DF, entre 1980 e 2002.



Departamento de Saúde - Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
O conteúdo das informações aqui contidas é de responsabilidade do usuário que realizou a consulta. O Departamento de Pesquisa, Ciências da Comunicação e Intercâmbio
do IBRACOM (Associação Brasileira de Intercâmbio de Pesquisadores em Ciências da Comunicação) não se responsabiliza pelo conteúdo das informações aqui
contidas. O conteúdo das informações aqui contidas é de responsabilidade do usuário que realizou a consulta. Não se responsabiliza pelo conteúdo das informações aqui
contidas.

Creemos que a pesquisa é relevante para mostrar a diferença do foco jornalístico em épocas de contextos históricos tão distintos (a década de 70, em que vigorava no Brasil uma ditadura militar na qual havia censura dos meios de comunicação, e o início dos anos 2000, quando há grande liberdade de imprensa), destacando o que define os valores/notícia em cada período, e também pelo crescimento da violência no país, o que, percebemos, foi acompanhado por um maior destaque desse assunto em cobertura jornalística, bem como por um aumento do debate sobre as causas e efeitos desse aumento.

O objetivo deste trabalho é apontar, por meio de análise comparativa das matérias do jornal, os aspectos em que diferem as coberturas: o destaque dado a cada caso, medido pela frequência em que eram publicadas as matérias e também a quantidade das mesmas; as diferenças entre sua apuração; a abordagem do factual, mostrando os desdobramentos não-factuais presentes nas reportagens.

As seções que se seguem são: 2. Desenvolvimento; 2.1 Referencial Teórico; 2.2 Metodologia; 2.3 Análise; 3. Conclusão; 4. Referência Bibliográfica.



2. Desenvolvimento

2.1 Referencial Teórico

Como definiu Mauro Wolf em seu livro *Teorias da Comunicação*, a noticiabilidade é “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimento, dentre os quais se selecionarão as notícias” (Mauro Wolf, 1995: 175). Sendo assim, o valor-notícia, um dos componentes da noticiabilidade, é o aspecto que define quais acontecimentos são interessantes, significativos e relevantes o suficiente para serem tornados notícia, recebendo destaque na mídia.

“Os valores-notícia são regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implícita ou explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redatoriais” (Golding - Elliott, 1979 *apud* Wolf, 1995: 176) e têm duas formas de utilização. Servem como critérios de seleção do que deve ser incluído no produto final (no nosso caso a matéria de jornal) e como linhas-guia para a apresentação da matéria, ou seja, determinam que aspectos devem ser realçados ou omitidos, assim como define as prioridades da cobertura jornalística.

A combinação dos valores-notícia varia de acordo com a sua pertinência para cada matéria. Dentro desse pensamento, que faz parte da teoria do *Newsmaking*, o fato se converte em notícia a partir de uma avaliação, muitas vezes inconsciente e automática, por parte dos jornalistas, da disponibilidade das fontes, da importância e interesse do público pelo assunto e de sua atualidade. Os valores-notícia mudam com o tempo; são redefinidos e reajustados, mudando o foco da noticiabilidade.

Eles derivam de pressupostos implícitos ou considerações relativas ao conteúdo; à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; ao público receptor da notícia; e à concorrência. Os pressupostos relacionados ao conteúdo (importância e interesse da notícia) e à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo (acessibilidade ao acontecimento, possibilidade de tratamento jornalístico) são os que interessam à nossa análise.

As notícias consideradas interessantes são aquelas que procuram dar uma interpretação de um fato baseada no aspecto do interesse humano, do ponto de vista insólito, das pequenas curiosidades relativas ao acontecimento. Sendo assim, o entretenimento é um valor-notícia importante para concretizar outros ideais



jornalísticos, sendo encontrado facilmente na reportagem de fatos que contam histórias de pessoas em situações insólitas; textos em que se reporta uma inversão de papéis previamente determinados socialmente; histórias de interesse humano; e reportagens de feitos heróicos ou excepcionais.

Nesses quesitos deve haver um cuidado por parte dos jornalistas para que a notícia não se torne sensacionalista. Principalmente, devido à idéia de que notícia boa é notícia ruim (“*bad news is good news*”). Os fatos noticiáveis são aqueles que primeiramente constituem e representam uma infração, um desvio, uma ruptura do uso normal das coisas. Quanto piores forem as conseqüências de um fato, maior é a probabilidade dele ser noticiado. Essa é a ideologia do jornalismo ocidental. Os jornalistas, indivíduos considerados aptos a determinar o que será notícia pelo seu suposto conhecimento dos interesses do público por se encontrarem imersos no mundo das notícias, consideram que quanto maior, mais insólito, mais pontual ou mais sangrento é o espetáculo, maior seu valor-notícia.

O que é contraditório quando se levam em conta os valores-notícia relativos ao público, que determinam que o fato noticiável deve entreter e ser um produto interessante, sem sensacionalismo ou ultrapassagem dos limites do bom gosto, da privacidade e da decência. Existe até um aspecto da proteção da audiência nesse valor-notícia, que não enxerga noticiabilidade na cobertura de fatos ou seus pormenores que possa causar traumas ou ansiedade no público.

No que se refere à qualidade da história, temos outro valor-notícia, estreitamente ligado à apresentação do material noticiado. O acontecimento é noticiável na medida em que tenha ação (a notícia é melhor quando ilustra a ação ou um momento de realce do fato), ritmo (que se não existir, pode ser fabricado por meio de uma exposição mais dinâmica dos fatos), clareza de linguagem e exploração exaustiva, com todos os pontos de vista e dados acerca do fato.

Em relação ao último tópico relativo à qualidade da história (exploração exaustiva do fato), podemos considerar o valor-notícia referente à freqüência de um acontecimento: “quanto mais a freqüência de um acontecimento se assemelhar à do meio de comunicação, mais provável dele ser selecionado como notícia” (Galtung - Ruge, 1965 *apud* Wolf, 1995: 190).

Todos os valores-notícia são relevantes e importantes para cada notícia do mesmo modo. Entretanto, a noticiabilidade de um fato depende da “ponderação entre



avaliações relativas a elementos de peso, relevo e rigidez diferentes quanto aos procedimentos produtivos” (Wolf, 1975: 193).

Outra teoria a ser considerada no estudo que faremos é a chamada Teoria do Enquadramento. Entman a conceituou e resumiu seus principais aspectos da seguinte forma:

“O enquadramento envolve essencialmente *seleção e saliência*. Enquadrar significa *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento* para o item descrito” (Entman, 1994,p.294; itálicos no original; tradução do autor *apud* Mauro P. Porto, mimio, 2001).

Em seu artigo Mauro P. Porto registra o papel dado a mídia como transmissora de informação, e a expectativa depositada sobre ela de que essa informação seja transmitida de forma objetiva e imparcial. O que ocorre, então, em análises do conteúdo da mídia é a aplicação do “paradigma da objetividade”. Porém esse paradigma apresenta limitações, que podem ser solucionadas pela adoção do conceito de enquadramento.

Para se estudar a influencia da matriz ideológica do meio de comunicação sobre a audiência, Robert Hackett (1993) propõem, segundo Porto, que haja uma substituição do termo “parcialidade” pelo termo “orientação estruturada”, que abrange também, além do favoritismo e distorção, “vários tipos de orientações e relações sistemáticas que inevitavelmente, estruturam os relatos noticiosos”.

Além do tratamento da objetividade pela mídia, o conceito de enquadramento vem sendo aplicado também como complemento de teorias como Agenda *Setting* ou agendamento da mídia. O ponto de intervenção da Teoria do Enquadramento seria a influência que a mídia exerce, não só quando nos mostra *sobre o que* devemos pensar (teoria da Agenda *Setting*) mais quando ela nos mostra *como* devemos pensar a respeito de determinado assunto (Teoria do Enquadramento).

O enquadramento da mídia é a forma como determinado meio organiza e apresenta a notícia, que determinará o nosso envolvimento com esses eventos. Servindo também para alterar a *atratividade* da notícia. Esse enquadramento, segundo Gaye Tuchman (1978), citado no artigo de Mauro Porto, “define e constrói a realidade”.

2.2 Metodologia

O método utilizado neste trabalho consta de uma análise comparativa, permeada de análise do conteúdo, das coberturas feitas pelo jornal *Correio Braziliense* dos



supostos seqüestros e posteriores assassinatos de Ana Lídia Braga, 7 anos, em 11 de setembro de 1973, e de Maria Cláudia Siqueira Del'Isola, 19 anos, em 9 de dezembro de 2004. Escolhemos o método comparativo por haveremos elegido objetos semelhantes a serem analisados (reportagens de jornal sobre um mesmo assunto) e por acreditarmos que ele seja o mais adequado para identificar as diferenças ou semelhanças na forma como os casos foram tratados pelo jornal, detectando a mudança de valor-notícia ao longo do tempo, por meio de duas situações pontuais, e do tratamento do assunto violência pelo jornal.

Os aspectos analisados serão o destaque dado a cada caso, medido pela frequência em que eram publicadas as matérias e também a quantidade das mesmas; as diferenças entre sua apuração; a abordagem do factual, no que concerne à objetividade do seu tratamento, mostrando os desdobramentos não-factuais do assunto presentes nas reportagens.

O *corpus* pesquisado consiste nas matérias do *Correio Braziliense* dos casos Ana Lídia e Maria Cláudia. Em ambos os casos, foram selecionadas todas as reportagens desde que se noticiou o desaparecimento e provável seqüestro das garotas até a prisão dos principais suspeitos dos crimes. No caso da menina Ana Lídia, as matérias são referentes aos dias 12, 13, 14, 15, 17, 20, 22, 28, 29 e 30 de setembro de 1973, num total de 15 textos-matéria. No caso Maria Cláudia, as reportagens são dos dias 13, 14, 15, 16, 17, 20 e 21 de dezembro de 2004, totalizando 38 matérias. Todas as matérias foram publicadas seqüencialmente e em intervalos curtos de tempo.

Para a análise, a técnica utilizada foi a leitura das matérias, buscando as diferenças ou semelhanças entre elas e assinalando os pontos, já acima citados, relevantes para comparação. Tais pontos são relevantes por poderem caracterizar como se deram as coberturas jornalísticas do veículo estudado.

2.3 Análise

O primeiro aspecto que analisamos foi o destaque dado pelo jornal, na época correspondente, a cada um dos crimes. Verificamos que a frequência com que eram publicadas as matérias, entre o noticiamento do desaparecimento das garotas e a prisão dos suspeitos, eram semelhantes. Nos dois casos, as reportagens foram publicadas seqüencialmente, em intervalos curtos de tempo.

Entretanto, no caso Ana Lúcia, entre os dias 22 e 28, há um lapso maior de tempo (cinco dias) em que nada é publicado sobre o assunto. Na reportagem do dia 22, “Deputado pede apuração do crime: Ana Lúcia”, ainda não há suspeitos oficiais para o crime, apenas rumores e especulações envolvendo, inclusive, filhos de pessoas influentes de Brasília. Já a matéria de 28 de setembro, “Caso Ana Lúcia caminha para o desfecho”, noticia a prisão do primeiro e, posteriormente, principal suspeito do crime, Aglair Spinca Tavares. No caso Maria Cláudia, o único intervalo entre as publicações de matérias referentes ao período analisado foi de dois dias (entre 17 e 20 de dezembro).

No que concerne ao número de matérias, podemos constatar que, apesar do intervalo de tempo em que se insere a cobertura do caso Ana Lúcia ser maior (18 dias) do que do caso Maria Cláudia (oito dias), o número de reportagens referentes ao segundo crime é mais do que duas vezes maior que o do primeiro: 15 para Ana Lúcia e 38 para Maria Cláudia.

Quando consideramos a apuração dos dois casos, podemos perceber que há características que mostram que o acesso a fontes, a preocupação com detalhamento e exatidão na exposição de aspectos relacionados ao crime, a precisão das informações, são tratados de maneira diferente em cada época, devido a fatores das mais diversas ordens, os quais não são o objeto desta pesquisa.

Em ambos os casos, podemos averiguar que a principal fonte de informações foi a polícia, que teve posturas diferentes em relação à divulgação dos dados referentes a cada crime. Como verificamos, houve sigilo por parte da polícia no que se refere ao caso Ana Lúcia, comprovado pela matéria de 22 de setembro “Deputado pede apuração do crime: Ana Lúcia” (“...Não se trata de segredo de estado. Trata-se, embora espantosamente hediondo, de um crime comum. Por que então tanto segredo envolvendo as investigações do rapto, estupro e morte da menor Aninha? ...”).

A polícia se comportou de maneira diferente no caso Maria Cláudia. O progresso nas investigações do crime era informado à imprensa. Cada novo dado fazia parte das informações publicadas pelo *Correio Braziliense*. A participação da polícia como fonte foi ativa, a ponto de haver uma entrevista com o delegado responsável pelo caso, Antônio José Romeiro, na edição do dia 17 de dezembro de 2004 na matéria intitulada “O delegado”.

No caso Ana Lúcia há, por vezes, informações relevantes que se contradizem. Na matéria do dia 13 de setembro de 1973, intitulada “Polícia encontra morta menor raptada”, é apresentado ao leitor o nome do jardineiro do colégio onde Ana Lúcia



estudava, Colégio Madre Carmem Salles, única testemunha do seqüestro da menina, como sendo Benedito Duarte da Cunha. Essa informação foi repetida em matérias posteriores. Porém, na matéria do dia 28 de setembro, “Caso Ana Lídia caminha para o desfecho”, o mesmo jardineiro é citado como sendo de identidade desconhecida (“... pois, para o jardineiro (cuja identidade até aqui ninguém conseguiu levantar...)”).

O mesmo tipo de contradição acontece no que concerne à data do crime. No jornal do dia 12 de setembro, o texto “Raptaram a menina e querem dois milhões”, cita que o rapto da menor Ana Lídia havia ocorrido no dia anterior, ou seja, 11 de setembro de 1973 (“... A menor Ana Lídia Braga, com sete anos de idade, foi raptada às 14 horas de ontem por um homem...”). Entretanto, na reportagem “Caso Ana Lídia caminha para o desfecho”, de 28 de setembro, a data do crime é dada como sendo dia 10 de setembro. Já em outra matéria dada no mesmo dia e constante da mesma página de impressão, “Seqüestro: mistério durou duas semanas”, essa data reaparece como 11 de setembro. Na cobertura do caso Maria Cláudia não foi detectada nenhuma confusão com relação aos dados publicados.

Há uma grande preocupação com o detalhamento de aspectos de menor relevância nas reportagens referentes ao crime cometido contra a vida de Ana Lídia Braga. Alguns exemplos disso são a presença no texto dos números do certificado de reservista de Aglair Spinca Tavares, apontado pelo jornal como principal suspeito de haver seqüestrado e assassinado Ana Lídia (“... É reservista, com certificado nº 830253, série F, de 9 de julho 1973...”); do vôo de chegada do mesmo rapaz em Brasília vindo de São Luís do Maranhão, onde foi preso, (“... Electra da Varig, prefixo PP VJU...”); ou dos dados referentes ao trabalho e aposentadoria de Raimundo Lacerda Duque, outro suspeito do crime, apontado posteriormente (“... Com a reestruturação do Órgão, foi transferido para o Departamento Administrativo do Pessoal Civil – DASP, no cargo de Apontador Fiscal, Classe A, nível 8, do seu quadro de Pessoal. No dia 20 último, em portaria que tomou o numero 154, Raimundo Lacerda Duque foi aposentado, tendo sido o ato publicado no Diário Oficial do dia 24 do corrente, à página 9579...”).

Há fatos novos apresentados na cobertura do crime cometido contra Ana Lídia que o jornal cita como se fossem já conhecidos pelo leitor, sem ter havido nenhuma menção anterior deles pelo veículo. Além disso, quando esses acontecimentos são expostos não há esclarecimento suficiente dos fatos. Podemos verificar a ocorrência disso quando a reportagem “Vistoria gigante em 300 táxis vermelhos”, de 15 de setembro de 1973, traz declarações do irmão de Ana Lídia, Henrique Braga, se

defendendo de acusações de outros meios de comunicação que o apontam como provável autor do assassinato da garota e revela que existem diversas versões sobre a participação do jovem no crime. Entretanto, não aponta quais são e de onde surgem essas versões, ou mesmo quem acusa o rapaz.

A apuração do caso Maria Cláudia não apresenta contradições. Os fatos surgem numa ordem lógica e há, inclusive, uma freqüente repetição dos acontecimentos que foram publicados desde o início da cobertura, o que permite ao leitor acompanhar o caso e entendê-lo, sem, necessariamente, ter lido matérias anteriores.

Entre os aspectos observados nessa análise, o que mais chamou a atenção foi o tratamento do factual dado pelo *Correio Braziliense* em cada época. Há uma mudança no enquadramento jornalístico do assunto violência, o que nos mostra a redefinição e o reajuste dos valores-notícia ao longo do tempo.

A forma como os fatos são apresentados na cobertura do caso Ana Lídia é orientada para o factual. São expostos os dados relativos ao crime, seguindo uma estrutura bem tradicional do *lead* jornalístico; a preocupação das matérias é responder as questões básicas (*quem?; quando?; como?; onde?; por quê?*) relativas ao fato.

Apesar de haver citações de pessoas relacionadas a Ana Lídia e não-envolvidas no crime, elas não constituem *personas*, sendo apenas citadas nas matérias. A própria figura de Ana Lídia não é realçada nos textos. Pouco sabemos sobre a menina ou sua família. Há poucas citações à sua vida pessoal, feitas pelos familiares ou conhecidos. Podemos observar alguma menção à “Ana Lídia menina” apenas nas matérias “Polícia encontra morta a menor raptada”, de 13 de setembro de 1973, e “Todos defendem Henrique, irmão de Ana Lídia”, de 17 de setembro do mesmo ano. Na primeira matéria, podemos ler: “... A Irmã Cecília disse que a menina era boa aluna, educada, dócil e com ótimo temperamento...”. No mesmo texto, lemos também: “... A todos era repetida a mesma história: a minha (*leia-se Aninha*) é uma menina retraída, não sai de casa, nem mesmo para brincar com as outras crianças do bloco... (grifo nosso)”. Na segunda matéria, há uma citação da mãe da garota: “... Aninha era a grande alegria de nossa casa. Depositávamos nela a razão da nossa própria vida e seria ela quem iria cuidar de nós na nossa velhice...”.

Nas matérias referentes à cobertura do crime cometido contra Maria Cláudia, há toda a preocupação com o factual (são expostos e esclarecidos os fatos relacionados ao caso); entretanto, podemos perceber que existe uma série de matérias dedicadas a assuntos que não concernem ao crime em si. Há o que chamamos, nesta pesquisa, de

“desdobramento do factual”: matérias que extrapolam o factual, ressaltando aspectos que não estão diretamente relacionados ao caso.

As matérias “A vítima”, “Os amigos”, de 14 de dezembro de 2004; “Quem é Bernardino”, “Quem é Adriana”, “A vida de Maria Cláudia”, “A saudade”, “Na internet”, “Tristeza”, do dia 15 de dezembro; “A rotina de Bernardino”, “O luto”, de 16 de dezembro; “Oração”, do dia 17; “Um pouco de alívio”, “Irados” e “Na favela”, de 21 de dezembro são não-factuais. Exploram a vida particular de Maria Cláudia e sua família e a dos seus amigos, bem como a dos suspeitos do crime, e as manifestações da comunidade. Diversos personagens são criados a partir desses textos, que têm sua vida acompanhada pelos leitores.

Destacaremos a matéria “A saudade”, de 15 de dezembro de 2004. O texto trata das relações de Maria Cláudia e suas cinco melhores amigas, contando as experiências compartilhadas pelas meninas (as festas, as cartas, trocadas, os acontecimentos típicos do início da adolescência). Segue trecho da reportagem: “... Certa vez, há menos de dois anos, numa carta a Roberta D’Aguiar, de 19 anos, amiga do Maristão e da quadra, ela (*Maria Cláudia*) escreveu: ‘Rô, não há palavras pra eu explicar o quanto te admiro. Você é perfeita... Acho que Deus não colocou a gente no mesmo caminho por acaso. E sim para ser o que realmente somos: grandes amigas’. No final, coraçõezinhos desenhados e mil beijos...” (grifo nosso).

Na cobertura dos dois casos, há uma matéria dedicada ao dia do sepultamento das vítimas, o que nos possibilitou comparar o enquadramento dado pelo jornal a cada caso. O texto sobre o enterro de Ana Lídia, “Aninha sepultada sob forte tensão popular”, publicado no dia 14 de setembro de 1973, trata do factual do acontecimento, de forma bastante objetiva: “O sepultamento da menina Ana Lídia Braga, raptada terça-feira e cujo cadáver foi encontrado no dia seguinte, num matagal da Asa Norte, realizou-se ontem às 10 horas, no cemitério de Brasília. Além dos pais e outros familiares, grande número de pessoas esteve presente, incluindo amigos e colegas de trabalho do casal Álvaro e Heloísa Braga, alunas e religiosas do Colégio Madre Carmem Salles, onde a menor estudava...”.

“A emoção”, matéria de 14 de dezembro de 2004, se refere ao enterro de Maria Cláudia. O texto traz descrições das cenas que podiam ser vistas durante o sepultamento da garota, inferências dos sentimentos das pessoas ali presentes, mostrando o tratamento mais subjetivo, que busca aproximar o leitor do fato ocorrido: “De repente o céu escureceu. O sol e o calor sufocantes sumiram. Um vento frio invadiu o Cemitério

Campo da Esperança no meio da tarde de ontem. Parecia anoitecer. Na capela 6, o corpo de Maria Cláudia de Siqueira Del’Isola, de 19 anos, era velado. O caixão não foi aberto. Em nenhum momento...”.

Há, claramente, um enquadramento mais humano da violência no texto sobre Maria Cláudia. Existe um apelo à emotividade do leitor. As matérias que realçam o “ser humano Maria Cláudia”, por aproximarem o leitor do ocorrido com a vítima, mostram que a violência está mais próxima do que se imagina, que qualquer um poderia ser uma de suas vítimas. Devido a essa constatação, podemos perceber que o valor da violência como notícia mudou. Ela deixa de ter sua noticiabilidade ligada ao fato do ato violento em si. Passa a chamar a atenção dos leitores apenas se puder ser ligada ao cotidiano dos mesmos.

Ainda em relação ao tratamento do factual pelo *Correio Braziliense*, um último aspecto que destacamos é o da descrição dos crimes cometidos contra cada uma das meninas. Podemos apontar dois momentos de reportagem em relação a esse tópico: a descrição do modo como o corpo das vítimas estava quando foi encontrado e o relato da execução dos crimes.

A menção a como se encontrava o corpo de Ana Lídia quando foi achado é breve e pouco detalhada: “... No começo, devido às deformações, não havia a certeza de que era Ana Lídia, mas depois, a perícia confirmou o fato. ‘Havia sinais também de estrangulamento’...” (“Polícia encontra morta menor raptada”, 13 de setembro de 1973). A matéria “A agonia de Maria Cláudia”, de 14 de dezembro de 2004, traz uma descrição mais longa e minuciosa do estado do corpo da garota quando encontrado: “... Maria Cláudia estava deitada de bruços, com os braços amarrados para trás, nua da cintura para cima, com uma saia e sem calcinha. Havia sinais de violência sexual no ânus e na vagina, onde foi encontrado sêmen. A cabeça, que estava voltada para escada, tinha sido envolta por um saco plástico. Marcas no pescoço denunciavam estrangulamento...”.

Quanto à descrição da execução do crime, as duas coberturas também são divergentes. No caso Ana Lídia, há, na maioria das vezes, insinuações da natureza do crime. Existe apenas uma reportagem em que a descrição do crime é objetiva. Podemos ler essa descrição na matéria “Deram em nada as pistas da polícia para descobrir quem massacrava Aninha”, publicada em 17 de setembro de 1973: “... O raptor estuprou-a, seveiciou-a cruelmente, cortou seus cabelos e depois de saciar os seus instintos bestiais, sepultou-a numa vala existente em um matagal próximo ao Iate Clube...”. Nos demais



textos relacionados ao caso, não se repete a descrição de como ocorreu o crime. O artifício utilizado para indicar o crime ocorrido como sendo de natureza sexual é a descrição do perfil psicológico do possível assassino, como podemos constatar, por exemplo, na matéria “O monstro está solto”, de 17 de setembro de 1973: “... quanto à identificação e captura do monstro sexual que raptou, sequestrou e terminou por assassinar a menina Ana Lídia Braga...”.

No caso de Maria Cláudia, a descrição, repetida diversas vezes em edições de diversos dias, é direta e incisiva, como podemos verificar na matéria “A investigação”, publicada em 14 de dezembro de 2004: “... Os empregados tiraram a roupa dela. Adriana segurou as pernas da vítima, que foi violentada por Bernardino. A universitária chorava muito e se debatia, enquanto era xingada e agredida com socos e chutes. Desmaiou. Bernardino pegou a peixeira e começou a cortar o rosto dela. Depois, cortou o peito e as pernas...”.

Analisando essas descrições, podemos observar que o valor-notícia das ocorrências de violência se reajustou para um padrão em que ela é noticiável quando traz em si embutidos aspectos escabrosos que devem ser explorados à exaustão e com riqueza de detalhes. Há um novo enquadramento do assunto, para chamar a atenção do leitor por meio do impacto. A violência por si só não é novidade. Não é mais capaz de causar indignação nos leitores de jornal.

3. Conclusão

Podemos concluir com esta pesquisa que houve uma mudança de enquadramento na cobertura do *Correio Braziliense* dos assuntos relacionados a violência. Ela passou de uma cobertura que realça o factual (caso Ana Lídia) para outra que destaca os aspectos não-factuais do fato (caso Maria Cláudia), humanizando o assunto violência para aproximá-lo do seu leitor.

Vemos também a mudança do valor que a violência tem como notícia. Ela se torna noticiável atualmente, não mais somente pelo fato de transtornar a ordem social, mas sim a partir do momento que traga em si aspectos passíveis de espetacularização, ou seja, detalhes escabrosos, personagens interessantes, exposições exaustivas e detalhadas dos fatos. E, certamente, rende mais matérias de jornal do que anteriormente. É certo que houve um aumento da violência em todo o país nas últimas décadas e que esse aumento levou a uma maior presença do assunto na pauta dos meios de



comunicação. Como podemos verificar, esse fato causou uma transformação na maneira como a mídia faz a cobertura do assunto na atualidade.

A maior visibilidade dada à violência permite que haja uma maior conscientização acerca do problema e impele à ação a sociedade civil e as autoridades. Entretanto, a forma como é colocada em pauta, muitas vezes, a faz tornar-se sensacionalismo, acabando por causar uma desnecessária ansiedade nos leitores e extrapolando os limites do bom senso no jornalismo, caso estudado aqui especificamente.

4. Referências bibliográficas

MONTORO, Tânia. 'Imagens de violência: construções e representações'.
Comunicação e informação, v. 5, jan./dez., 2002. p.51-62.

PORTO, Mauro P. *Enquadramentos da mídia e política*. Mimio, 2001.

RONDELLI, Elizabeth. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2.ed. Lisboa: Veja, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1995.